

Dívida externa: resistência do Brasil preocupa o Citi. - 2 ABR 1991

O cancelamento de um empréstimo do BID (Banco Interamericano do Desenvolvimento) e a reclassificação dos créditos brasileiros pelo ICERC (Interagency Country Exposure Risk Committee), obrigando os bancos americanos a aumentarem suas provisões para os empréstimos ao Brasil (os japoneses fizeram o mesmo, em seguida), preocupam o Citibank, maior credor privado da dívida externa.



Newton Aguiar/AE-07.03.90

“Estou vendo o quadro com muita apreensão no que diz respeito à posição do Brasil — disse o presidente do Citi no País, Antonio Boralli. “O que está ocorrendo era o que já tinha sido antecipado há vários meses, mas era visto pelo governo como impossível de acontecer”. Entre as preocupações de Boralli está a situação dos créditos de curto prazo do Brasil, que serão fortemente afetados.

Antônio Boralli:
créditos de curto prazo
serão afetados.

tando na negociação da dívida.”

Demora atrapalha

Até há alguns dias, predominava a expectativa de que o afunilamento das posições entre os negociadores brasileiros e os credores externos levasse a um acordo sobre os atrasados ainda no mês de março. “As diferenças são aparentemente pequenas, mas infelizmente um acordo sobre todos os itens não foi concluído”, diz Boralli.

Ele não se surpreendeu com a decisão do ICERC de reclassificar os créditos brasileiros: “Ela de certa forma estava antecipada. Não foi nenhuma surpresa. Mas o decorrer do tempo acaba tornando as coisas mais difíceis. Os participantes do comitê acabam se desencantando com o seu andamento. Isto torna o diálogo mais difícil. O tempo e a protelação funcionam contra o País. O Brasil precisa do acordo para começar a ter notícias que funcionem contra a corrente de más notícias no âmbito internacional. O País precisa de uma notícia desse tipo”.

Fábio Pahim Jr.

Desde o segundo semestre de 90, recorda o executivo, as autoridades brasileiras tomaram conhecimento da situação. “A resistência do governo, que pretendeu maximizar o resultado das negociações com os bancos privados, levou à percepção de que o custo macroeconômico para o País é muito superior à economia potencial que possa ser obtida na negociação com as instituições privadas. O custo de adiar as negociações com o Fundo Monetário, das restrições com os Eximbanks, com o Clube de Paris e com as demais organizações multilaterais é alto: para quem conhece o mercado internacional, esse custo é muito superior ao obtido na negociação com os bancos privados. É uma lástima que isto esteja ocorrendo. E mostra que é tempo do Brasil mudar a postura que vem ado-